



15.11 > 15.12

N.º 7 / 3,50 euros (cont.)
Director Paulo Carmona

Periodicidade Mensal

2018

Siga-nos em www.dia15.pt

DIA 15

TEMPO PARA PENSAR

SEM OLEODUTO PARA O AEROPORTO
180 BOMBAS DIÁRIAS A CIRCULAR NA A1

P. 10



BUROCRATILÂNDIA

LEI UBER OBRIGA A PAGAR AO ESTADO PARA GUIAR

P. 64

ESPECIAL

O estado da Justiça em Portugal

A POLÉMICA, AS PROPOSTAS, O FUTURO

Sim ou não à delação premiada? Há falta de recursos? As molduras penais devem ser revistas? Alguns especialistas do sector respondem a estas e muitas outras questões.

P.12



ÁLVARO LABORINHO LÚCIO

«Temos uma justiça para ricos e para pobres»



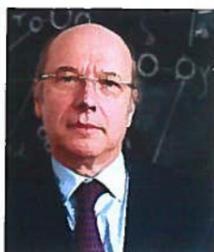
CARLA OLIVEIRA

«Os tribunais são o parente pobre e afastado da soberania»



JOÃO LUÍS MOTA DE CAMPOS

«A nossa investigação é anedótica e muito primária»



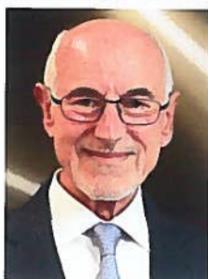
JOSÉ CARLOS SOARES MACHADO

«Legisladores incompetentes são os responsáveis pela má fama do funcionamento dos tribunais»



JOSÉ MIGUEL JÚDICE

«Mexer na Justiça é mexer no vespeiro»



DANIEL PROENÇA DE CARVALHO

«É preocupante a falta de confiança das pessoas na Justiça»



PAULO MORGADO

«A corrupção tem de ser combatida pela indignação»



JOÃO VIEIRA DE ALMEIDA

«Há demasiadas leis, demasiado complexas e demasiado perfeitas»

CULTURA Filipe Raposo pianista

«A INQUIETUDE É NECESSÁRIA PARA DAR PASSOS EM FRENTE» P. 70

MEMÓRIA DE ELEFANTE

MINISTÉRIOS MUDARAM 101 VEZES DE NOME DESDE 1976 P. 56



00007

51 607727 1 170495



JOÃO LUÍS MOTA DE CAMPOS Ex-secretário de estado da justiça

«A nossa investigação é anedótica e embaraçosamente primária»



● «Tudo quanto é contencioso administrativo e, sobretudo, fiscal, precisava de uma grande vassourada», segundo João Luís Mota de Campos.

● **João Luís Mota de Campos, ex-secretário de Estado da Justiça, faz o diagnóstico de um país colectivamente endividado.** Especialista em direito administrativo e fiscal, defende o reforço da investigação criminal, designadamente no que toca aos crimes de “colarinho branco”, e ainda a criação de um corpo de advogados altamente especializados para defender o Estado.

≡ **Sandra Gonçalves**
≡ **Rafael G. Antunes**

Face a escândalos como a Operação Marquês, como reforçar o mecanismo de controlo e transparência no sector empresarial e financeiro?

Não há nenhuma fórmula mágica. São áreas em que o Estado tem de agir de forma incremental, e ir tentando tapar os buracos. Mas, numa era de globalização, é impossível a um Estado sozinho tentar regular ou prever tudo o que possa acontecer. Até porque uma das características do dinheiro é a liquidez, e uma coisa líquida move-se muito rapidamente, e adap-

ta-se a pequenos recantos. Felizmente há organizações como a OCDE, no âmbito das quais são feitas várias convenções sobre matéria tributária e acordos de cooperação judiciária internacional, que hoje em dia são muito mais reforçados do que eram há 20 anos. Verifica-se, sobretudo, uma maior coordenação dos vários serviços de investigação. Se não for isto a funcionar, nada funciona no combate a este tipo de criminalidade.

Como combater a evasão fiscal e a corrupção?

Casos como a Operação Marquês envolvem evasão fiscal, corrupção, lavagem de dinheiro, todo o tipo de crimes que implicam uma fortíssima coordenação,

transfronteiriça, internacional, e entre vários serviços. Este caso é um excelente exemplo de como a colaboração entre os diferentes órgãos de investigação melhoraram em Portugal. Aliás, um dos membros da equipa de investigação da Operação Marquês (Paulo Silva) era o coordenador da equipa das Finanças de Braga; não é por acaso. Hoje em dia as Finanças estão particularmente adaptadas para poderem investigar uma série de delitos económicos e financeiros, porque o circuito do dinheiro é a melhor forma de estudar esses crimes. E ninguém como as Finanças conhece tão bem esse circuito.

Relativamente à investigação criminal, como vê a sua acção?

Não está a funcionar nada bem. A Polícia Judiciária tem um orçamento na ordem dos 150 milhões de euros por ano, julgo que nem chega a tanto. Em valores relativos, tomando em consideração a inflação, é hoje inferior ao que era há dez anos. Pode até haver mais inspectores, mais preparados, mais treinados, mas os meios de actuação são os mesmos, ou até menos, do que há uma década. Depois, os laboratórios forenses, da polícia científica, estão subdimensionados, têm atrasos de anos. Tudo o que se vê no CSI, nós não temos. E quando os investigadores não têm meios à sua disposição, não conseguem levar o trabalho a bom porto. Salvo nos casos em

que por razões de escolha do Ministério Público, que tem o princípio da oportunidade e, por conseguinte, decide os casos em que vai proceder com uma investigação à séria, é que se conseguem ter alguns meios a mais. Nos EUA, por exemplo, há delitos económicos que envolvem centenas de investigadores. Mas em Portugal, se forem 10 ou 12 já é muita gente para um processo. A Operação Marquês é uma excepção completa, por isso, não é exemplo para nada.

Quanto à Lei do Arrendamento, tem condições para se manter?

A actual? Não sei. A lei começou agora a ser posta em prática, saíram há poucos

«Estou muito preocupado com o recrudescer da compra de casas, temo uma nova crise como a de 2008»

Justiça vs competitividade económica

● Um país cuja justiça não funciona não é nada economicamente competitivo.

Posso fazer o melhor contrato do mundo, e depois, para o executar, tenho de ir para tribunal fora de Portugal, particularmente se envolver empresas estrangeiras, porque muita gente não tem confiança na justiça portuguesa. Numa jurisdição assim, não é possível haver uma actividade económica sustentável. Resultado: quase todos os contratos internacionais são remetidos para Londres ou para Nova Iorque, para as arbitragens. Diria mais, as nossas instituições jurídicas são anti-competitivas, contribuem para derrubar a competitividade da economia portuguesa, porque nada funciona em Portugal quando é preciso. Na área tributária, há alterações todos os anos. Um Código do IRS de 2017 já está desactualizado este ano, todos os anos são lançadas alterações para mil e uma coisas. No tempo da troika foi feita uma alteração em profundidade do Código do IRC, depois disso já foram feitas várias alterações em cima. Há excesso de alterações, não há estabilidade, o que afecta a confiança das pessoas. Já nem é uma questão de morosidade da justiça, mas sobretudo a incerteza em que todo o sistema está imbuído, e isso cria uma falta de competitividade brutal. E é daquelas áreas onde sem gastar dinheiro se poderia tornar o nosso sistema muito mais competitivo. Tornar o sistema mais previsível não custa dinheiro. Pelo contrário, até se pouparia, quando muito em papel e leis e em bytes no Diário da República.

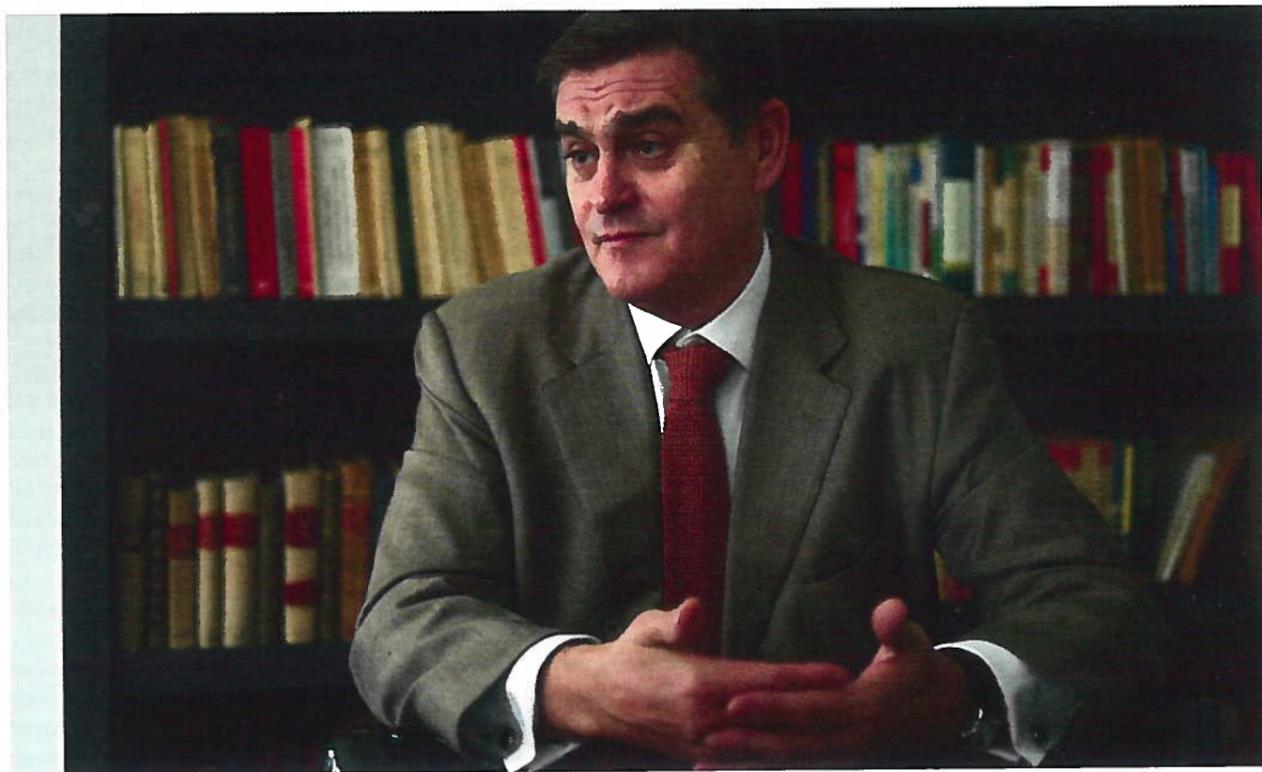
dias as alterações. Pessoalmente, era adepto da "lei Cristas", uma excelente lei, que pôs em vigor questões e princípios que já tinham sido amplamente discutidos ao longo das últimas décadas. A Assunção Cristas teve, pelo menos, a enorme virtude de a pôr em prática, desbloqueando a situação. Boa parte dos prédios que estão a cair de podres, ou em fase de reabilitação, estão assim porque desde os anos 1940, no rescaldo da II Grande Guerra Mundial, as rendas foram congeladas. Com a inflação, as rendas perderam qualquer adesão à realidade. É claro que numa situação de mercado desta natureza é sempre muito difícil intervir com uma lei que permita uma actualização das rendas. Por isso é que foi dada uma moratória para determinadas categorias de inquilinos até 2023. O actual Governo veio pôr termo a essa moratória, portanto, as decisões tornaram-se praticamente definitivas, criando alguns privilégios para os arrendatários. Julgo que iremos assistir a uma crise do mercado de arrendamento muito em breve. Iremos chegar a uma situação em que vai voltar a não haver oferta de casas para arrendamento, porque as pessoas têm medo de arrendar. Antigamente, a opção era a compra, e o mercado ficou completamente desequilibrado. Há muitos proprietários de casas endividados. Os efeitos são perversos. As pessoas optavam por comprar porque não conseguiam encon-

trar casas para arrendar. Ao optar pela compra, endividavam-se para o resto da vida. A Banca portuguesa, por sua vez, para fazer face à procura de crédito, foi endividar-se fora do país. Portugal tem uma das taxas de poupança mais baixas do mundo. Isto é uma questão epistemológica, porque passamos de uma sociedade que tinha as taxas de fertilidade e de poupança mais altas da OCDE, para o inverso. Temos agora o pior de dois mundos: famílias jovens que estão no auge do consumo, que, para consumir e, designadamente, comprar casa, endividam-se... e a Banca portuguesa vai endividar-se lá fora, que é onde há dinheiro para emprestar, porque em Portugal não há poupança. Resultado, o país, colectivamente, endivida-se, as famílias endividam-se, e isto é péssimo para todos. Todavia, a culpa não recai apenas na Lei das Rendas, mas contribuiu fortemente para esta situação. E agora estamos a assistir a um recrudescer da compra de casas, os anúncios ao crédito imobiliário estão por todo o lado, e eu estou muito preocupado, porque isso foi uma das questões que espoletou a crise de 2008. Como é que dizia Albert Einstein? «Loucura é continuar a fazer sempre a mesma coisa e esperar resultados diferentes.»

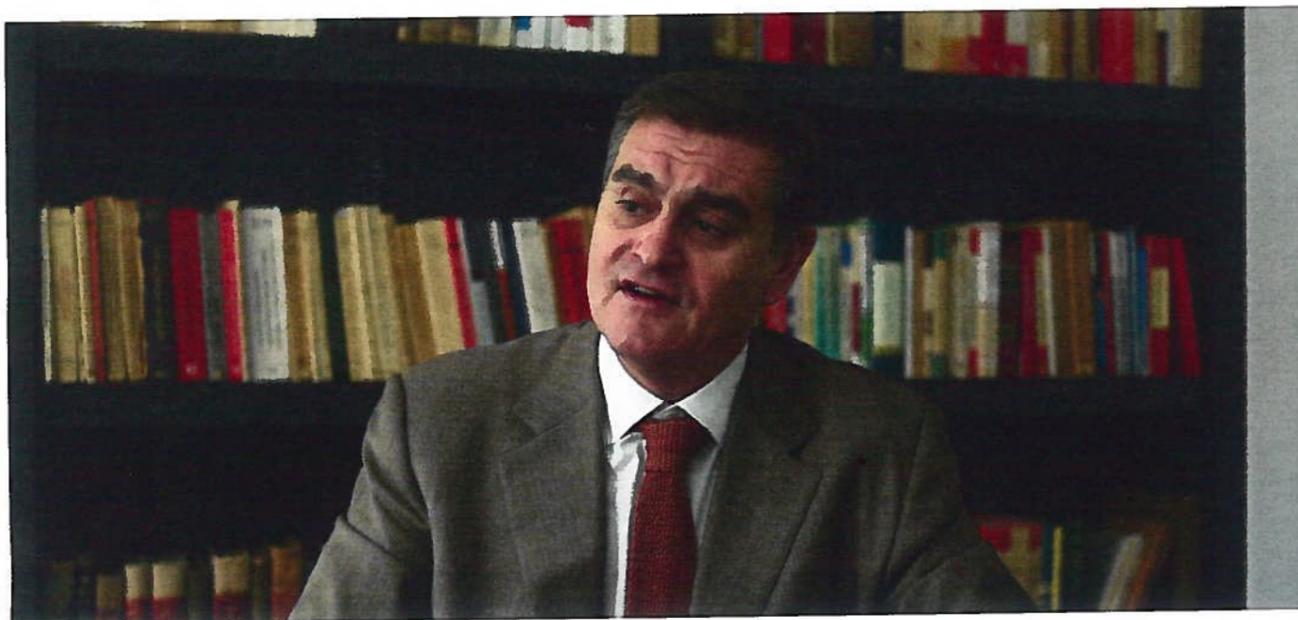
Defende uma reforma no Ministério Público?

Há muita coisa a dizer. O nosso Ministério Público, na hierarquia da arquitectura judicial portuguesa, tem, desde o 25 de Abril, uma posição igual à da magistratura judicial. O que é um erro, porque

o MP tem duas funções principais: uma é a de advogado do Estado, portanto, instrui do ponto de vista jurídico, e representa o Estado em tribunal, e fora dele; por outro lado, investiga e acusa em matéria criminal. A investigação e a acusação põe-no a par do acusado, porque há duas partes num processo; quem acusa e quem é acusado, o ofensor e o ofendido. E o MP representa o ofendido, que é uma sociedade como um todo. Portanto, ao acusar, está a fazer o mesmo que um ofendido particular quando pede instrução de processo. Está a tentar provar que aquele ofensor cometeu aquele crime. Isto não lhe dá uma posição igual ao magistrado, o magistrado judicial é que tem de decidir, por isso acho que há aqui muitos acertos a fazer. Não é uma questão de revivalismo, isto já era assim antes do 25 de Abril, e eu não defendo revivalismo nenhum, mas acho que o MP tem de ser adequado às funções que realmente desempenha. Claro que os senhores magistrados do MP, se me ouvirem a dizer isto, vão-me fazer um voodoo, mas esta é a realidade. E enquanto esta realidade não for adequada, conformada em lei, vamos continuar a ter uma situação que é do âmbito psiquiátrico, que é estarmos a ficcionar coisas que não existem. Por outro lado, penso que há áreas do MP que deveriam ser fortemente reforçadas, como a investigação criminal e a especialização dos magistrados, nomeadamente em crime económico e financeiro, que são delitos extremamente elaborados, e não há qualquer especialização. Na bolsa de



JOÃO LUÍS MOTA DE CAMPOS



Nova Iorque, por exemplo, os investigadores perseguem os delitos de mercados de capitais, são extremamente sofisticados e sabem exactamente o que estão a fazer. Transpondo esta realidade para a portuguesa, é quase anedótico e de um primarismo confrangedor. Para mudar isso precisamos, primeiro de tudo, de especializar os investigadores.

Fazendo um diagnóstico à Justiça, quais as áreas mais problemáticas?

A justiça abrange vários sectores, e há uns que me preocupam imenso porque são questões de direitos humanos, como o sistema prisional. Qualquer responsável político deveria sentir-se desconfortável face à realidade. Aqui, as soluções tardam muito. Vão desactivar o Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL), questiono-me para onde é que irão os presos. Para a Carregueira? Para onde? As outras prisões não cresceram, portanto, se tiram a pressão de um, colocam-na noutra, porque o sistema prisional português não mudou para acolher os detidos no EPL. Outro aspecto é a investigação criminal, nomeadamente em matéria de criminalidade financeira, onde estamos muito atrasados e poderíamos melhorar significativamente. Depois, até porque diz respeito à minha área de actividade, tudo quanto é contencioso administrativo, e, sobretudo, fiscal, onde mais uma vez estão em causa os direitos dos cidadãos, isso precisava de uma grande vassourada. Os tribunais fiscais, os tributários, não podem continuar a funcionar como estão, de forma desprimorosa. Se um cidadão for para tribunal impugnar um tributo, uma coima, daqui a dez anos ainda lá está. E isto é garantido. Estatisticamente, ficará dez anos em tribunal.

«Uma das características do dinheiro é a liquidez, e uma coisa líquida move-se muito rapidamente, e adapta-se a pequenos recantos»

Ora, que direitos e garantias é que uma pessoa tem quando sabe que para se defender numa das coisas que é a mais importante, que é o seu património, vai passar dez anos em tribunal, pagar um advogado, custas, pagar recursos.

Defende uma reforma total?

Absolutamente. Mas isto exige uma "task force" para resolver o problema, porque assim que os processos entram nos tribunais tributários é como se fossem para um cemitério, ficam ali a jazer. E depois, nos tribunais administrativos e fiscais, o Ministério Público ainda pode intervir, para dar o seu parecer, o que atrasa ainda mais o processo. Isto é completamente incompatível com uma justiça célere. E em matéria criminal, de família, de trabalho, fiscal, a justiça tem de ser célere. Em matéria civil ainda

pode haver alguma delonga na administração da justiça, porque ninguém está a morrer, mas, nas matérias que citei, as pessoas não podem ficar anos à espera, e ficam. Isso não é justiça. Todas as áreas onde estão em causa os direitos humanos funcionam pessimamente e deveriam preocupar qualquer um. E depois há outra questão, a justiça é por excelência o reino do corporativismo, e toda a gente tem um ponto de vista muito particular, e, por conseguinte, é assim que analisam a justiça.

Voltando às prisões, a solução não passará por novos estabelecimentos?

Não. Não passa por mais estabelecimentos prisionais, mas sim pela especialização: prisões para delinquentes primários, para livres de drogas, para reincidentes, prisões de alta segurança, para homens e mulheres, prisões que permitam algum tipo de vida familiar, vida sexual, designadamente em matéria de homossexualidade, que nas prisões é um tabu completo. Aliás, se há um sítio onde são perseguidos em Portugal, é nas prisões, são autenticamente vandalizados, isto é uma realidade. E se o Estado não olha para estas realidades, frustra na sua função como Estado. As soluções tardam e talvez daqui a uns tempos sejam necessárias medidas muito radicais. O dia em que tivermos um motim à séria penso que os poderes políticos vão começar a olhar para as prisões com outros olhos.

E qual a sua posição sobre a greve dos juízes?

Um absurdo completo. A magistratura judicial, os tribunais, são um órgão de soberania, são a sede do poder judicial. Um órgão de soberania, em conjunto,

fazer greve é um absurdo. Já houve deputados que fizeram greve de fome na Assembleia da República (AR), mas não deixaram de participar nos plenários, nem nas comissões parlamentares. Criaram uma situação de enorme incómodo, porque é uma forma muito eficaz de chamar a atenção para um problema. Aqui não é disso que estamos a falar, é de uma greve para conseguir ganhos salariais, e não é só disto que se trata. Acho isso um menosprezo que a magistratura judicial mostra por si própria. E rebaixando a posição institucional que tem, porque, repito, são um órgão de soberania. A magistratura vai ter de reflectir muito bem sobre o que quer para o futuro.

Que reformas considera serem necessárias?

Várias. É necessário dotar a Polícia Judiciária de meios muito superiores aqueles que têm hoje, em termos financeiros, de organização e capacidade de investigação. Depois, a Constituição precisa de ser alterada. Acabaria com os tribunais administrativos e fiscais e tornaria o Conselho Superior da Magistratura e o Supremo Tribunal de Justiça num único Supremo, que teria várias secções, entre os quais o contencioso administrativo e tributário. Fundia os tribunais administrativos com os comuns, porque já chega disto; os administrativos não funcionam e os fiscais ainda menos. E isso é um verdadeiro atentado aos direitos dos cidadãos. Advogo ainda o restabelecimento das auditorias jurídicas aos Ministérios, que era de extraordinária utilidade. A maior parte dos processos do contencioso administrativo morriam nas auditorias, porque os auditores pronunciavam-se sobre o litígio, podendo ou não dar-lhe razão. E só se essa razão não surgisse é que depois se seguiria a via judicial. A meu ver, foi um erro completo do Cavaco Silva ter acabado com as auditorias jurídicas. Tentaria também criar no Ministério Público um corpo de advogados do Estado, à semelhança de Espanha, altamente qualificados, com um desempenho elaboradíssimo e muito prestigiados, para representar o Estado, e acabava com a adjudicação a que se assiste. O Estado acaba sempre por ser mal representado, fica sempre a perder, isto é o pão nosso de cada dia. E esse corpo especial devia ser constituído no âmbito da Procuradoria-Geral da República (PGR). Percebo que seja mais premente pintar um tribunal, ou impermeabilizá-lo, ou pôr ar condicionado noutra, questões muito concretas e simples, mas repito, a arquitectura do sistema judicial e do sistema de justiça repousa em fundamentos que têm de ser alterados. ●